

Aproximações etnoarqueológicas: experiências com o povo indígena Kayabi do Vale do Arinos, Amazônia mato-grossense

*Saulo Augusto de Moraes*¹

*Rosalia de Aguiar Araújo*²

Universidade do Estado de Mato Grosso

*Francisco Forte Stuchi*³

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Resumo: Este artigo divulga resultados de pesquisa etnográfica e aproximações etnoarqueológicas de fragmentos do patrimônio arqueológico da região do Vale do Arinos, norte da Amazônia mato-grossense, com o povo indígena Kayabi. Analisou-se principalmente a cerâmica arqueológica que se encontra sob a guarda do Museu do Vale do Arinos e autoidentificada pela etnia Kayabi, assim como a memória social desse grupo, traçando um paralelo com a memória do grupo Kaiabi que habita o Parque Indígena Xingu. A análise foi subsidiada por elementos divulgados por outras pesquisas, assim como algumas literaturas sobre esse grupo. A análise inicial sugere que os artefatos cerâmicos acessados são parte da cultura material Kayabi. A cerâmica Kayabi não é mais produzida, estando em vias de extinção pela morte natural de anciãos que guardam a memória dos seus modos de produção tradicional, apontando para a necessidade do resgate desse elemento de fronteira étnica.

Palavras-chave: etnoarqueologia; etnia indígena kayabi; cerâmica arqueológica.

¹ Mestre em Educação. Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

² Mestre em Ciências Florestais e Ambientais. Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

³ Mestre em Arqueologia. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MT).

Ethnoarchaeological approaches: experiences with the Kayabi indigenous people of the Arinos Valley, Mato Grosso Amazon

Abstract: This article discloses results of ethnographic research and ethnoarchaeological approaches to fragments of the archaeological heritage of the Arinos Valley region, north of the Mato Grosso Amazon, with the Kayabi indigenous people. We mainly analyzed the archaeological ceramics that are under the custody of the Arinos Valley Museum and self-identified by the Kayabi ethnic group, as well as the social memory of this group, drawing a parallel with the memory of the Kaiabi group that inhabits the Xingu Indigenous Park. The analysis was supported by elements published by other research, as well as some literature on this group. Initial analysis suggests that the accessed ceramic artifacts are part of the Kayabi material culture. Kayabi pottery is no longer produced and is on the verge of extinction due to the natural death of elders who keep the memory of their traditional methods of production, pointing to the need to rescue this ethnic border element.

Keywords: ethnoarchaeology; kayabi indigenous ethnicity; archaeological ceramics.

Aproximaciones etnoarqueológicas: experiencias con el pueblo indígena Kayabi del Valle de Arinos, Amazonía de Mato Grosso

Resumen: Este artículo divulga resultados de investigaciones etnográficas y abordajes etnoarqueológicos a fragmentos del patrimonio arqueológico de la región del Valle de Arinos, al norte de la Amazonía de Mato Grosso, con el pueblo indígena Kayabi. Analizamos principalmente las cerámicas arqueológicas que se encuentran bajo la custodia del Museo del Valle de Arinos y autoidentificadas por la etnia Kayabi, así como la memoria social de este grupo, estableciendo un paralelo con la memoria del grupo Kaiabi que habita el Xingu. Parque Indígena. El análisis se apoyó en elementos publicados por otras investigaciones, así como en cierta literatura sobre este grupo. El análisis inicial sugiere que los artefactos cerámicos a los que se accedió son parte de la cultura material Kayabi. La cerámica kayabi ya no se produce y está al borde de la extinción por la muerte natural de los ancianos que guardan la memoria de sus métodos tradicionales de producción, lo que apunta a la necesidad de rescatar este elemento étnico fronterizo.

Palabras clave: etnoarqueología; etnia indígena kayabi; cerámica arqueológica.

Cada vez mais se faz necessária a construção de novas abordagens metodológicas para tentar responder fenômenos sociais do passado e sua arquitetura relacional com o presente. Essa construção se configura condição *sine qua non* para superar modelos excludentes que se fundamentam no discurso paradigmático da razão ocidental e sua hegemonia epistemológica que não responde, por si só, às complexidades desses fenômenos.

Ao analisarmos elementos que compõe processos hermenêuticos do discurso arqueológico paradigmático, na contemporaneidade, percebemos a herança tradicionalista, tecnicista, apolítica e a-histórica. Tal discurso, padronizado pelo pragmatismo científico da atualidade, vem, cada vez mais, sujeitando alvos político-sociais a interesses economicistas.

A arqueologia logocêntrica como disciplina das ciências humanas, é histórica e culturalmente carregada dos valores coloniais e chega até o presente sob a égide do cientificismo técnico em detrimento do humano e do político. Essa arqueologia “sob a hegemonia do pensamento ocidental e dos interesses econômicos, políticos e ideológicos das elites dominantes e do Estado” (SILVA, s/d: 3),

contribuiu para a construção de discursos e representações essencialistas e inferiorizantes sobre os povos colonizados. Os arqueólogos imaginaram ou transformaram automaticamente essas populações em herdeiras de modos de vida primitivos que teriam se perpetuado no tempo (Liebmann 2008a). Durante décadas, a Arqueologia se utilizou dessas populações e das descrições históricas e etnográficas como fontes para a interpretação do registro arqueológico e dos modos de vida do passado – através do uso de analogias etnográficas diretas, simplistas e generalizantes – contribuindo para homogeneizar e/ou desconsiderar as suas distintas trajetórias histórico-culturais (Borgstede e Yaeger 2008; Colwell-Chanthaphonh 2009b). Além disso, participou na construção de justificativas para a dominação colonial [...] [...] desvalorizando a participação e a capacidade dos povos locais na construção do passado de seus territórios (Noelli e Ferreira 2007; Liebmann 2008b; Pikirayi 2007). (*idem*: 5)

Partindo do pressuposto que as ciências humanas devem cumprir funções sociopolíticas – dialetizar saberes, historicamente construídos, para a construção de novos saberes, mobilizando a formação do pensamento crítico-reflexivo para a superação de problemas e dilemas humanos fundamentais, do presente – superando o cientificismo técnico historicamente descolado do elemento humano e político, “nas últimas décadas vários pesquisadores têm procurado romper com esta herança, fazendo uma crítica às práticas colonialistas e propondo ‘arqueologias alternativas’ (Trigger 2008)” (SILVA, s/d: 3).

Uma abordagem alternativa é a que se convencionou chamar no meio acadêmico de Etnoarqueologia. Na perspectiva de Politis (2002), a etnoarqueologia pode ser compreendida como um estudo etnográfico realizado junto a remanescentes de sociedades tradicionais (ou nativas) que, com ajuda de estudos comparativos e dados arqueológicos, formula hipóteses das estruturas sociais e a dimensão material no pretérito. Nesse sentido, a arqueologia tradicional passa a ser incorporada pelo dado etnográfico para a compreensão cultural do fenômeno estudado. Para este pesquisador, “las múltiples dimensiones de sociedades humanas, y no solo sus restos materiales, tienen cada vez más un papel central en la Etnoarqueología moderna” (POLITIS, 2002: 64).

Etnoarqueologia pode ser entendida como “uma abordagem com objetivo de proporcionar os meios para interpretar a estática do registro arqueológico, par-

tindo das referências do contexto etnográfico” (STUCHI, 2010: 104). Nesse sentido, se configura adequada para analisar fragmentos do passado das etnias indígenas da Amazônia mato-grossense.

As pesquisas desenvolvidas na região amazônica têm sido por quase 50 anos consistentemente voltadas para a resolução de problemas gerados no âmbito da antropologia social, onde diferentemente de outras regiões do Brasil, pode-se postular alguma forma de continuidade histórica entre populações contemporâneas e as populações que ocuparam os sítios arqueológicos. (NEVES, 1999: 319)

Por este caminho, analisamos fragmentos arqueológicos que se encontram sob a guarda do Museu do Vale do Arinos, autoidentificados como Kayabi, relacionando-os com a memória social desse grupo no presente, tanto do grupo da aldeia “Tatuí”, da Terra Indígena Apiaká-Kayabi, quanto do grupo da aldeia “Maraká”, do Parque Indígena Xingu. Essa análise também contou com o suporte de outras pesquisas, realizadas anteriormente, e da literatura acadêmica acerca desse grupo, os fragmentos arqueológicos acessados, que nos referimos, são do Museu do Vale do Arinos, outros nos doados por ocasião desse trabalho, também foram encaminhados para a mesma instituição museológica.

Nesse sentido, apresentamos informações iniciais como resultado dessa análise que, além de se debruçar sobre esses fragmentos materiais do passado relacionados com a memória social Kayabi do presente, se substanciou em diferentes pesquisas já realizadas, vivências pessoais dos autores junto à essa etnia, visitas técnicas ao Museu do Vale do Arinos, ações de educação patrimonial nas aldeias e colaboração de participantes indígenas, direta e indiretamente, na geração de dados, com diálogos dirigidos e espontâneos.

Pressupostos etnoarqueológicos: horizonte metodológico

Apesar de constituírem um mesmo grupo étnico, a população Kayabi – aqui optamos pela grafia “Kayabi”, em vez de “Kaiabi”, uma vez que é com essa grafia que esse povo se identifica na região do Vale do Arinos (tem sentido socioantropológico) – que habita a Terra Indígena Apiaká-Kayabi, situada no Vale do Arinos, possui diferenças no espectro socioantropológico referente à população Kaiabi que habita a Terra Indígena Kaiabi (Mato Grosso/Pará) e a população Kaiabi que habita o Xingu, desde a remoção compulsória do território ancestral denominado “Batelão” (situado, também, no Vale do Arinos) – ocorrida na segunda metade do séc. XX (Ver: “Operação Kaiabi”, VILLAS-BÔAS e VILLAS-BÔAS, 1989). Essa ampla região ancestral se situa, hoje, entre os municípios de Juara e Tabaporã e é objeto de litígio judicial.

As diferenças entre os grupos Kayabi se apresentam como nuances ontológicas frente às realidades com as quais lidam, em face de especificidades geográficas, territoriais e o complexo ecológico de onde se encontram. No entanto, conservam semelhanças étnicas na gama de sistemas simbólicos da sua cosmologia, independentemente dos impactos sofridos pelo contato e os seguidos processos de colonização recente e reocupação que seguem transformando a dinâmica cultural Kayabi (colonização recente e reocupação da Amazônia mato-grossense são categorias conceituadas por Guimarães Neto (1986) e Joanoni Neto & Guimarães Neto (2017) para explicarem a invenção e a mercadorização dessa região do estado a partir da segunda metade do sec. XX).

Uma dessas semelhanças, verificada através de outras pesquisas, são os processos de ocupação e reocupação de antigas áreas e aldeias. Essa etnia indígena apesar de se configurar grupo sedentário, com domínio de roças, manejo do fogo e queimadas, pontos regulares de caça e pesca (ARAÚJO, MORAES e ARAÚJO FILHO, 2021), conserva o elemento nômade, necessitando, por isso, de grandes áreas para a sobrevivência material e étnica. Neste ponto, cruzamos informações com os trabalhos desenvolvidos por Grünberg (2004), Stuchi (2010), Gaspar (2014) e Nawecato (2018) onde verificamos essa similaridade.

A aldeia “Tatui” (ou “Tatuy”, como aparece em algumas literaturas) do povo Kayabi que habita a Terra Indígena Apiaká-Kayabi, no Vale do Arinos, está assentada sobre um grande sítio arqueológico. Nesse sentido, Stuchi (2010: 103) explica que “o caso dos Kaiabi contemporâneos é interessante e paradigmático dos processos de ocupação, porque eles têm o costume de reocupar antigas aldeias que viraram sítios arqueológicos” (STUCHI, 2010: 103).

Em incursões etnográficas na referida aldeia durante os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 e em visitas técnicas junto ao Museu do Vale do Arinos, no decorrer do ano de 2019 e 2022, verificamos muitos fragmentos caracteristicamente arqueológicos pré-coloniais (anterior à colonização recente) e suas similaridades tipológicas. Com isso, foi possível gerar uma série de dados iniciais. Em face do montante significativo desses artefatos (cerâmicas e líticos polidos), fizemos um recorte, focando apenas no conjunto artefactual cerâmico, pois “processos de continuidades, mudanças e rupturas nas trajetórias históricas das populações passadas podem estar objetivados nos conjuntos cerâmicos (Silva, 2000; Silva, 2011)” (GASPAR, 2014: 3).

Para a análise e avaliação de resultados, adotamos uma organização baseada em três etapas: a primeira dedicada a *living archaeology* conforme conceituada por Gould (1980) citado por Stuchi (2010) que “pode ser entendida como uma etnografia conduzida com interesse arqueológico nas aldeias atuais e nas antigas”; a segunda etapa, a ação arqueológica orientada a partir dos resultados da primeira etapa.

Segundo Hodder (2000:10), na medida em que o arqueólogo reconhece que sua interpretação do registro arqueológico é apenas uma das narrativas possíveis sobre o passado, ele expande as fronteiras da disciplina e a torna verdadeiramente social. Ele ingressa em um debate que muitas vezes pode gerar frustração e dissonância, mas que ao mesmo tempo, é o que torna possível o seu verdadeiro engajamento social. (SILVA, s/d: 4)

E a terceira, ações de educação patrimonial (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999), momento que também possibilitou outras formas de acesso à memória social Kayabi, nas duas aldeias e territórios mencionados, por meio de roda de conversa, contação de histórias, diálogos espontâneos e isomorfismos pedagógicos que geraram proximidades afetivas e sentimento de pertencimento ao grupo. Consideramos, por fim, a literatura existente sobre o povo Kayabi, relacionando com a história local a partir do presente, pois conforme salienta Ruibal (2009: 19 *apud* STUCHI, 2010: 107).

muitos trabalhos etnoarqueológicos são levados a cabo sem ter em conta a experiência histórica local, nem sequer a história recente, que é com frequência traumática e chave para entender o presente. Em outros casos se utilizam dados etnohistóricos, mas se passa por alto ou apenas se menciona o papel do colonialismo no devir da cultura.

Para Halbwachs (*apud* SCHMIDT e MAHFOUD, 1993: 288) “o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito”. Assim, foi possível acessar uma parte da memória social Kayabi a partir do presente e cruzar referências com cerâmicas arqueológicas musealizadas no Museu do Vale do Arinos e autoidentificadas como Kayabi, e com outras peças por eles nos doadas por ocasião desse trabalho.

Aproximações interculturais

É tarefa difícil especificar em que momento ocorre uma apreensão *sui generis* do mundo indígena pelo pesquisador exógeno, em qualquer contexto. Alguma interpretação da etnicidade (BARTH, 1976) Kayabi nos foi possível por meio da interculturalidade construída ao longo dos anos e em diferentes momentos para cada pesquisador (autores do presente artigo).

Acerca do material cerâmico analisado – aquele nos doado e encaminhado ao Museu do Vale do Arinos – buscamos a localidade em que fora encontrado, na Terra Indígena Apiaká-Kayabi. Ali percebemos a fragilidade desse sítio arqueológico, especialmente por estar disposto no chão da aldeia “Tatuí” (material de superfície), bem como a fragilidade de outros identificados (mas ainda não registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-CNSA/IPHAN), além dos muitos líticos polidos dispersos em casas e nas margens do rio dos Peixes (também chamado rio “Tatuê” ou “Tatuy”, no idioma Kayabi), no perímetro da aldeia; materiais esses que, inclusive, vinham servindo (e ainda servem) de brinquedo para as crianças indígenas. Neste ponto, nos parece assertivo aquilo que a ciência da educação (Pedagogia) afirma, que durante certa fase da infância, os objetos utilizados como recursos à imaginação no processo do brincar, têm como referencial o mundo social do trabalho (como, por exemplo, caminhõezinhos, tratorzinhos, etc, na cultura não indígena). Aqui verificamos um lítico polido, nos doado por indígenas Kayabi – e encaminhado ao Museu do Vale do Arinos – que sugere ser um objeto construído para o brincar primitivo, demonstrando que essa memória social da infância Kayabi chega até o presente.



Figuras 1 e 2 - Lítico polido pequeno, possivelmente para o brincar infantil Kayabi. Fonte: Arquivo pessoal (MORAES, 2022).

Em diálogo com a professora indígena Dineva Kayabi, na aldeia “Tatuí”, ela contou que ao longo dos anos, muitos artefatos arqueológicos foram levados para outros lugares do Mato Grosso, como Diamantino, Porto dos Gaúchos, Cuiabá e para cidades de outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, entre outras, por visitantes e por padres indigenistas, não sabendo explicar suas respectivas localizações nessas cidades. Em outro momento, na mesma aldeia, a liderança indígena Tukumã, disse ser importante a iniciativa do Museu do Vale do

Arinos para possibilitar a localização e a salvaguarda de elementos da cultura material de seu povo. Disse ainda que o Museu do Vale do Arinos, enquanto espaço de referência das culturas protoindígenas e indígenas amazônicas do Mato Grosso, incluindo a memória material Kayabi, é para os jovens indígenas, especialmente aqueles que nunca saíram das aldeias (nem da cidade de Juara), um ponto importante na cidade. Assim, estes jovens poderão conhecer elementos do seu passado material e étnico. No mesmo dia, Tukumã doou um lítico polido (machado) e disse que era para levarmos para mostrar aos estudantes não indígenas da cidade de Juara. Aceitamos e passamos a utilizar esse material como recurso didático nas ações de educação patrimonial seguintes onde, ao final, o encaminhamos ao Museu do Vale do Arinos.

Os anseios Kayabi do Vale do Arinos pela proteção e difusão de seus patrimônios culturais se justificam diante da perda de conjuntos arqueológicos – especialmente aqueles que se encontram dentro de fazendas no entorno (outrora território de ocupação Kayabi) da Terra Indígena Apiaká-Kayabi – que vem sendo destruídos, sistematicamente, pelo avanço do agronegócio, da mineração e das usinas hidrelétricas. Há também a preocupação da perda de elementos da memória tradicional da sua cultura material pelo falecimento natural de anciãos.

É importante destacar a legitimidade dessa preocupação, pois anciãos são depositários de muitos conhecimentos que não são mais legados adiante pelas transformações dos costumes. Um exemplo é a perda dos modos de produção da cerâmica tradicional Kayabi – não mais utilizada – pela adoção de utensílios industrializados. Neste ponto, citamos uma experiência vivenciada na aldeia Maraká, no Parque Indígena Xingu, no ano de 2021, quando, ao avistarmos diversos fragmentos de cerâmica arqueológica na superfície da aldeia, passamos a dialogar, a respeito, com o cacique Kamirang. Neste momento, a anciã Yerua Kayabi, sua mãe, participou da conversa – ocasião em que o cacique traduziu o que falávamos. Na manhã seguinte a referida anciã demonstrou, com um pouco de barro, como se fazia a cerâmica tradicional Kayabi na época em que habitava o território ancestral no Vale do Arinos, porém informou que aquele barro do Parque indígena Xingu não servia, mas apenas o barro do “Batelão”. Identificamos na fala dela, traduzida pelo filho, e no modelo de cerâmica que produziu, traços dos modos de produção da cerâmica tradicional Kayabi.



Figuras 3 e 4 - Cerâmica arqueológica encontrada em superfície na aldeia Maraká, etnia Kayabi, Xingu. Anciã Yerua Kayabi produzindo cerâmica Kayabi – para demonstração (Xingu). Fonte: Arquivo pessoal (MORAES, 2022).

As diversas experiências vivenciadas junto ao povo Kayabi levou à criação de um ciclo de ações de educação patrimonial em diversas aldeias – se estendendo a aldeias de outras etnias (Apiaká, Munduruku e Rikbaktsa) – com objetivo pedagógico de orientar acerca do patrimônio arqueológico e a necessidade de sua proteção. Muitos resultados foram alcançados. Diversas cerâmicas arqueológicas (inteiriças e fragmentos), bem como líticos polidos passaram a ser preservados – nas aldeias – e/ou nos doados e encaminhados ao Museu do Vale do Arinos.

A etnia indígena Apiaká optou por preservar seus achados arqueológicos na sua principal aldeia (Mayrob), onde construiu um espaço físico de memória. Essa aproximação intercultural gerou, ao longo do tempo, laços de confiança e pertencimento, motivando novos trabalhos colaborativos. Em nossa avaliação, é essa relação intercultural que possibilita a práxis, no sentido ampliado de Paulo Freire, que deve acontecer com as pesquisas e instituições universitárias e museais chegando, também, até as aldeias.

Cruzando referências

A cerâmica é um utensílio de uso comum que se relaciona de variados modos com os grupos humanos no tempo e no espaço. No Brasil, a cerâmica fez parte da cultura material da maioria dos grupos *proto* e *meso* índios que se sabe ter existido por meio da pesquisa científica. E ainda está presente no cotidiano de muitas etnias na atualidade.

Nesse sentido, é sabido que a cerâmica fez parte da cultura material Kayabi do Vale do Arinos – esse grupo Kayabi não utiliza mais a cerâmica e nem sabe mais produzi-la. Há uma tentativa de recuperação desse elemento cultural por meio de projeto do Museu do Vale do Arinos (MORAES, 2022). Não é possível saber quando essa etnia indígena começou a fabricar e utilizar a cerâmica, mas até onde a memória Kayabi do presente permite retroceder, “sempre foi usada” (NAWECATO *et al.*, 2018: 3).

Grünberg (2004: 140) em seu estudo sobre o grupo Kayabi do Vale do Arinos no ano 1966, descreveu o seguinte sobre a sua cerâmica e produção:

São as mulheres que fazem e usam essa panela, destinada ao preparo da chicha e à cocção de carne, peixe, feijão, cogumelos e diversos outros gêneros alimentícios. A oleira emprega argila branca, carvão obtido da queima da casca da árvore takupei/p (?) e a seiva da casca de morii/p, simaneiro (?). Medidas em três exemplares: 1 – 10,8 cm de altura e 12 cm de diâmetro; 2 – 13 cm de altura e 16 cm de diâmetro; 3 – 18 cm de altura e 25 cm de diâmetro. Feitura: na estação seca os homens tiram argila do rio, a três dias de viagem acima da aldeia Temeoni, e os torrões são guardados dentro da casa. Ao iniciar as atividades, a oleira tritura o torrão seco em um pilão, acrescentando um pouco de água. Queima em seguida as cascas da árvore takupei/p (?), esfarelando e peneirando o carvão obtido que, misturando com água e argila, resulta em uma massa preta. O suporte para o trabalho de modelagem é uma terra laterítica, seca e peneirada. A oleira modela a base da panela no formato de uma tigelinha; forma na mão roletes relativamente curtos de argila que são sobrepostos a essa base, dando origem à parede do recipiente que finalmente é alisado com uma concha fluvial (*Unio* sp.). segue-se o polimento com uma pedra-sabão (saponite) lisa. A oleira trabalha ao sol, colocando as peças prontas primeiro numa sombra e, depois de algumas horas, novamente ao sol. As peças secas, agora de coloração cinza escuro, são enchidas até ¼ de sua altura com cinzas incandescentes e deixadas na proximidade do fogo. Para queimar as peças, elas são colocadas bem juntas, mas sem se tocarem, sobre pedras ou pedaços de cupinzeiros. Novamente recheadas de cinza, são cobertas com cascas de takupei/p (?) que forma um cone sobre a cerâmica. Folhas secas de palmeiras, tiradas da cobertura da casa, são introduzidas no alto do cone, incendiando-se nas cinzas quentes do interior das panelas. As cascas queimam uniformemente de cima para baixo durante

cerca de meia hora, ficando a cerâmica em brasa. As panelas queimadas e frias apresentam coloração preta com manchas vermelho-marrom. Para torná-las impermeáveis, elas são untadas por dentro e por fora com a seiva do simaneiro.



Figura 5 – Panela de argila queimada.

As entrevistas realizadas por Nawecato *et al* (2018) demonstra que muito dos modos tradicionais de fazer cerâmica Kayabi permanecem na memória dos poucos anciãos. Essas entrevistas convergem em muitos pontos com os estudos de Grünberg (2004).

A anciã Catarina Ktumai conta que ela ainda não estava aqui na aldeia, ela conta que estava em itiariti. Ela conta que era sua cunhada que ia buscar barro em área batelão e foi quando ela veio pra cá. Sua cunhada já vinha fazendo panela de barro trouxeram o barro onde os madeireiros deixavam entrar ai trouxeram barros para fazer japepo, panela de barro eles eram grande jamep e tacho onde faz os buracos nos barros, panelão eram grandes, ai tem que levantar os barros para fazer as panelas por que tem que ter muita paciência os barros eram mole tinha que deixar no chão para segurar e tinha vários tipos de panela de barro grandes, pequenos, bacia era como o tacho vai mexendo espalhando com as mãos e a panela vai levantando ou subindo panela pequena tinha buraquinho pequeno a panela grande e buraco grande. Antigamente tirava os barros para fazer panelas de barros só tem na área batelão aqui não tem barro para fazer barro o barro só tinha no tykatuu córrego, lá na cabeceira tinha morador pra lá mas foi embora para o Xingu e para Paranatinga. A panela de barro não tinha época para tirar era no dia a dia só que tinha coceira. Antigamente tirava e era difícil as crianças ficar perto. Ainda ela conta também que o finado Jose Tafura com sua cunhada que iam buscar o barro par fazer cerâmica ela conta que a madeira tem na beira do rio ele e da casca dura chamada Itaypep era pra tirar a casca para fazer o pó depois colocar no sol, Acende o fogo ai queima e tem que socar e amassar o pó e peneirar com a peneira fina e depois pode passar na cerâmica. Antigamente não tinha panela para cozinhar ou guarda os alimentos. Foi aonde ela conta que sua cunhada foi pra lá na área batelão buscar o barro para fazer as panelas de barro. As panelas não tinha desenho era só pintado com casca de madeira e tem que ser casca verdadeiro por que se não for certa pode pipocar e não pode fazer barulho por que ela quebra tudo. A senhora Katu Kayabi conta que cerâmica só tem na área batelão mesmo, onde lá mesmo que eles ficavam os antigos. É que antigamente eles faziam bastantes panela de barro e tacho grande para torrara farinha. Eles utilizavam a panela de barro para cozinhar macaco, carne de porco entre outros. A madeira que eles utilizavam na queima da panela para não rachar e casca de pau. A época da cerâmica que eles utilizavam para fazer a panela de barro é dia a dia, que a avó dela fazia. Não tinha panela de branco, aqui na aldeia Tatuí não tem nenhum pedaço de barro, ficou tudo na área batelão. Além dos kayabis os canoeiros também utilizavam a panela de barro. Para queima da panela é recomendado no período da tarde e a noite. A mãe e a tia dela faziam panelao grande de barro. Ela falou que só fez tachinho pequeno, mas a panela grande não e disse que a panela de barro não tinha pintura era liso mesmo, eles alisavam com itã (pedra). (NAWECATO *et al.*, 2018: 3)

Uma peça inteiriça de cerâmica que estava sob a guarda (e uso doméstico) de uma anciã Kayabi, a qual nos doou por ocasião de uma das ações de educação patrimonial – hoje sob a guarda do Museu do Vale do Arinos – se assemelha ao desenho elaborado por Grünberg (2004), sugerindo que este possa ser um exemplar cerâmico Kayabi primitivo. O Museu do Vale do Arinos foi convidado por membros da aldeia “Figueirinha”, da Terra Indígena Apiaká-Kayabi, a buscar mais cerâmicas encontradas na própria T.I., porém, ainda não foi possível essa

visita, em face, segundo a instituição, da ausência de recursos. Segundo sabemos, o Museu do Vale do Arinos atravessa uma fase crítica de sucateamento por parte da administração pública municipal.

É importante explicar que o Museu do Vale do Arinos é uma instituição da administração pública municipal de Juara (MT), surgida de projeto de pesquisa e extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), campus regional, a partir de uma base interdisciplinar, multitransversal e plural em parceria com as etnias indígenas que habitam o Vale do Arinos, as quais compartilham a formação de acervos e gestão de modo direto, contudo ainda não é uma instituição de guarda formalizada. Também se sugere que a participação indígena nesses processos de formação de acervos e na gestão museal seja o motivo do sucateamento da instituição, pois conforme observa Arruda (2022: 319), o Museu do Vale do Arinos “tem implicado em conflitos com distintos grupos sociais locais que reivindicam um museu pautado na história saudosista e enfocada em personagens políticas locais”.



Figuras 6 e 7 – Pote de cerâmica doado por indígenas Kayabi, Juara-MT (sob guarda do Museu do Vale do Arinos).
Fonte: Arquivo pessoal (MORAES, 2022).

Isso reafirma a existência da cerâmica no conjunto da cultura material Kayabi, contudo, aqui, com um exemplar arqueológico da região do Vale do Arinos. Sem dúvida que na região do “Batelão”, é onde deve se concentrar a maior parte da cerâmica arqueológica Kayabi, porém o acesso à região é restrito. Moraes (2022: 53) faz um relato sobre uma tentativa de expedição ao “Batelão”, a qual teve que ser cancelada em face dessas restrições.

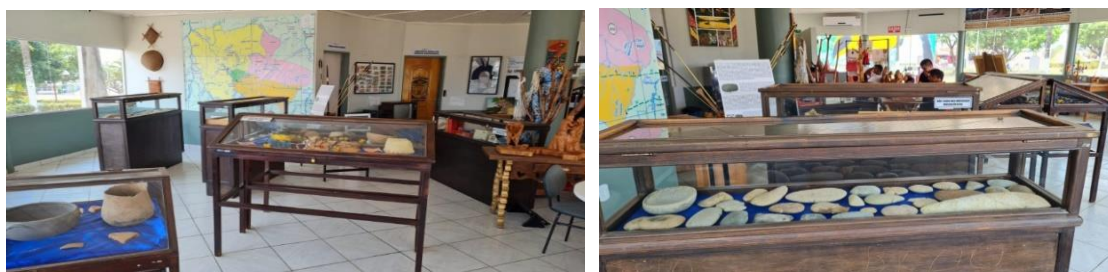
Seguindo a orientação da Funai local, a referida expedição foi cancelada por tempo indeterminado devido à notícia da presença de pistoleiros (jagunços, capangas) que visavam – e provavelmente ainda visam – inibir o acesso de indígenas na área que sofre intenso processo de expropriação de suas riquezas naturais e a destruição voluntária de sítios arqueológicos.

Essas referências apontam para a necessidade de trabalhos de levantamento e resgate arqueológicos na região do Vale do Arinos, em face do risco iminente de perda pelo avanço de empreendimentos do capital e expropriações. O Museu do Vale do Arinos, que se propõe ser instituição de guarda, ainda não dispõe dessas condições pelas razões já explicitadas.

Visita técnica ao Museu do Vale do Arinos

O acervo cerâmico arqueológico do Museu do Vale do Arinos é formado por pequenos potes, outras formas de utensílios, uma pequena bacia na forma de peixe e muitos fragmentos (cacos), todos doados por indígenas, em diferentes momentos e contextos, e também doados por nós em razão de pesquisa e expedições. Há também o registro do sítio de cerâmica Tatuí I, além de outros identificados, mas ainda não registrados.

Esses materiais arqueológicos estão acondicionados em expositores, mas por serem materialidades do passado étnico da região, enfrenta a negação e a subalternização (SPIVAK, 2010) em razão de estar o passado regional em disputa (discurso da colonização que reivindica o passado para si e único “modo de produção social”).



Figuras 8 e 9 – Museu do Vale do Arinos. Acervos permanentes. Fonte: Arquivo pessoal (MORAES, 2022).

Sítio arqueológico “Tatuí I”

O sítio arqueológico Tatuí I é caracteristicamente pré-colonial, de cerâmicas superpostas em variados pontos da superfície do solo, a céu aberto, próximo à margem esquerda do rio dos Peixes, distante aproximadamente 65 km do perímetro urbano de Juara (MT). O nome foi atribuído pela própria etnia indígena Kayabi. O “I” (um, em algarismo romano) é pelo fato de existirem outros sítios arqueológicos (de cerâmica) próximos, na aldeia Tatuí e que eles queriam dar, também, o mesmo nome, mas que não deu tempo de registrar junto ao CNSA/IPHAN.

O registro fotográfico seguinte, mostra uma certa similaridade da cerâmica arqueológica (não retirada do solo) desse sítio, com aquelas que se encontram depositadas no Museu do Vale do Arinos, autoidentificadas como Kayabi.



Figura 10 – Sítio arqueológico Tatuí I, aldeia Tatuí, T.I. Apiaká-Kayabi, Juara-MT. Dados encaminhados ao Museu do Vale do Arinos. 2016. Fonte: Arquivo pessoal (MORAES, 2022).

O acervo arqueológico do Museu do Vale do Arinos é pequeno, contudo é suficiente para mostrar a necessidade de pesquisa e de instituição de guarda, mesmo porque qualquer acervo arqueológico pode e deve ser alvo de processo museológico (MORAES WICHERS, 2010).

De acordo com informações do Museu do Vale do Arinos, as identificações e registros de sítios arqueológicos sugerem, *prima facie*, que a região do Vale do Arinos abriga uma diversidade de jazidas, caracteristicamente de culturas amazônicas. Os poucos sítios identificados e registrados até aqui (outros tipos de sítios, como de líticos, gravura e pintura rupestres, fora da T.I.) apontam para isso. Nesse sentido, é possível que a região do Vale do Arinos se configure um enorme parque arqueológico que demanda diferentes pesquisas e a formalização da instituição de guarda (Museu do Vale do Arinos) junto ao IPHAN, para enfrentar a destruição sistemática desses conjuntos patrimoniais pela expansão de empreendimentos do capital (soja, UHEs) na região.

De acordo com o Museu do Vale do Arinos, os artefatos arqueológicos sob sua responsabilidade ainda não passaram por estudos da especialidade arqueológica, permanecem preservados em expositores, protegidos da ação antrópica, das intempéries e à mostra para o público como estratégia pedagógica de educação patrimonial e instrumento didático para a educação museal. Ainda de acordo com a instituição, os estudos necessários não foram possíveis devido ao sucateamento da instituição (já mencionado). Contudo, “a busca da manutenção da memória se dá através de variados esforços no sentido de preservar a cultura material, plural, herdada de nosso passado” (FRONER, 1995: 292), já que “o papel do Estado como agente gerenciador do patrimônio cultural tem se mostrado bastante insatisfatório” (*idem*).



Figuras 11 e 12 - Conjunto cerâmico nos doado por indígenas Kayabi e encaminhado ao Museu do Vale do Arinos.
Fonte: Arquivo pessoal (MORAES, 2022).

Outros artefatos arqueológicos disponíveis no Museu do Vale do Arinos, bem como fragmentos etnológicos do passado e materiais etnológicos do presente, sugerem uma multiplicidade de culturas amazônicas habitando o Vale do Arinos no passado – anterior ao processo de colonização recente e reocupação – o que demanda novas pesquisas interdisciplinares.

Apontamentos finais

Buscamos apresentar uma análise inicial do patrimônio arqueológico do Vale do Arinos a partir da cerâmica tradicional Kayabi e sua relação com a memória social étnica remanescente. Acreditamos ter alcançado uma aproximação da sua cultura material, anterior ao processo de colonização e reocupação recente do norte da Amazônia mato-grossense.

Nos propomos a analisar aspectos do patrimônio arqueológico regional do Vale do Arinos a partir do recorte Kayabi e sua cerâmica tradicional por ser esse tipo de pesquisa insipiente na região. Também nos moveu nessas considerações o fato novo “Museu do Vale do Arinos”, instituição inaugurada em 2018 e a necessidade de resgate da produção da cerâmica Kayabi, enquanto elemento de fronteira étnica, que se encontra em vias de extinção.

Aproximar referências étnicas do passado com as narrativas étnicas do presente para localizar relações de identidade com estes artefatos, é tarefa complexa e tênue, porém, possível. Acreditamos que através de uma análise qualitativa das incursões em aldeias, de abordagem etnográfica, das narrativas míticas e da memória social Kayabi, conjuntamente dos dados arqueológicos (obtidos diretamente dos artefatos arqueológicos e de pesquisas anteriores), foi possível um resultado preliminar: estes artefatos constituem herança material Kayabi da região do Vale do Arinos. A pesquisa realizada por Grünberg (2004) junto ao povo Kayabi do Vale do Arinos no ano de 1966 legou poucos exemplares materiais arqueológicos ao presente (que existem apenas no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo-MAE/USP), tornando relevante o Museu do Vale do Arinos que traz novos exemplares arqueológicos regionais desse grupo (e de outros), gerando sentido a práxis.

Estes resultados preliminares demonstram que é imperativo o resgate da prática de produção da cerâmica Kayabi, pois este elemento da cultura tradicional se perde com a memória de cada ancião que fenece. Com a entrada avassaladora das tecnologias digitais da informação e da comunicação (especialmente a *internet*) na aldeia “Tatuí”, jovens indígenas perdem progressivamente o interesse na cultura material tradicional, o que demanda ações de educação patrimonial, de valorização cultural e de pertencimento étnico.

Verificamos que o Museu do Vale do Arinos busca construir e propor ações formativas e afirmativas em torno do patrimônio Kayabi junto à própria etnia (nas suas aldeias) e no espaço museal, contudo uma barreira interruptiva tem sido a ausência de recursos e a falta de pessoal qualificado (como arqueólogo, antropólogo e museólogo, por exemplo).

Porém, o povo Kayabi do Vale do Arinos segue protagonizando ações decoloniais (MIGNOLO, 2013) necessárias à minimização da perda ou mudança de elementos importantes da cultura tradicional, conforme podemos ver no estudo realizado por Ferreira (2014) na aldeia “Tatuí”:

Na comunidade Tatuí, está acontecendo um movimento de revitalização da dança o Kawaiwete e dos cantos que, segundo o Pajé e dona Catarina era feita na grande festa de Yawotsi, uma festa que antes era feita quando iniciava a chuva e iniciava o plantio das roças. Percebo que os jovens estão cada vez mais querendo que isso aconteça, há um envolvimento de toda a comunidade. Esse movimento está associado ao retorno de algumas das famílias do Parque do Xingu e a organização do povo Kayabi tanto do estado de Mato Grosso como do Pará com fins de morarem no rio dos peixes, mas, também de fortalecer o movimento de reaver a Terra Indígena Batelão.

Assim, parece possível um resgate da prática da produção da cerâmica tradicional Kayabi. Também porque parece que a própria etnia, principalmente a partir dos adultos e anciãos, tem se preocupado em resgatar práticas do passado que tendem a desaparecer e salvaguardá-las como marcador de fronteira étnica.

Um exemplo muito mais dramático da necessidade de resgate da prática da produção da cerâmica como elemento cultural identitário é o da etnia indígena Kinikinau da aldeia São João, à sudeste da Reserva Indígena (RI) Kadiwéu, no município de Porto Murtinho/MS, que após a extinção dos saberes relacionados à prática da produção de sua cerâmica, após seu resgate esta “tornou-se uma ferramenta importante para auxiliar na afirmação da identidade do grupo” (CANAZILLES, 2016: 26).

O povo indígena Kayabi do Vale do Arinos, possui muitos elementos culturais autônomos preservados e difundidos pela prática entre as novas gerações, porém muitos outros estão transformados desde o contato, não tendo mais relação com o passado étnico (mesmo que seja um passado recente). A prática da produção e usos da cerâmica tradicional é um desses elementos, muito perto de se extinguir completamente. Nosso objetivo com este artigo é também chamar atenção para a iminência da perda desse elemento da cultura material Kayabi, neste limiar de século.

Recebido em 12 de outubro de 2023.

Aceito em 21 de fevereiro de 2024.

Referências

ARAUJO, Rosalia de Aguiar; MORAES, Saulo Augusto de; ARAUJO FILHO, José Guilherme. “Formação em Educação Ambiental de Professores Indígenas: percepção dos problemas ambientais da Terra Indígena Apiaká-Kayabi em Juara/MT”. In: MOURA, Pedro Henrique Abreu; MONTEIRO, Vanessa da Fontoura Custódio (orgs.). *Sustentabilidade e meio ambiente: rumos e estratégias para o futuro*. Ponta Grossa: Atena, 2021.

ARRUDA, Renato Fonseca. *Política de museu e patrimônio cultural da Unemat: trajetórias, perspectivas e desafios*. Tese de Doutorado (Museologia e Patrimônio), Unirio, 2022.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. *Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?25697 acesso em 01 dez. 2022.

CANAZILLES, Karolinne S. A. Arte indígena Kinikinau em Mato Grosso do Sul, Brasil. Tese de doutorado (Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional), Universidade Anhanguera/Uniderp, 2016.

FERREIRA, Waldineia Antunes de Alcântara. *Educação escolar indígena na terra indígena Apiaká-Kayabi, em Juara/MT: Resistências e desafios*. Tese de Doutorado (Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

FRONER, Yacy-Ara. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceitos e critérios. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 5: 291-301, 1995.

GASPAR, Meliam Viganó. *A cerâmica arqueológica na Terra Indígena Kaiabi (MT/PA)*. Dissertação de Mestrado (Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2014.

GUIMARÃES NETO, Regina B. *A lenda do ouro verde*. Dissertação de Mestrado (História), Unicamp, 1986.

GRÜNBERG, Georg. *Os Kaiabi do Brasil Central: História e Etnografia*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. *Diálogos Latinoamericanos*, 26 (1): 144-156, 2017.

MIGNOLO, W. D. “Geopolítica de la sensibilidad y del co-nocimiento: sobre descolonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica”. In: CABALLO, F.; HERRERA R., L. A. (orgs.). *Habitar la frontera*. Barcelona: Cidob, (2013) 2015b, p. 173-189.

MORAES, Saulo A. *Práxis, tessituras e interculturalidade: Um estudo decolonial sobre o Museu do Vale do Arinos a partir da Câmara Setorial de Etnologia*. Dissertação de Mestrado (Educação), Unemat, 2022.

MORAES WICHES, Camila Azevedo de. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira*. Tese de Doutorado (Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

NAWECATO, Patrícia Francisca; *et al.* A cerâmica Kayabi da região “batelão” a partir dos saberes das anciãs e anciãos Kayabi, da aldeia Tatuí, da Terra Indígena Apiaká-Kayabi. *Anais do Seminário de Educação Ambiental*, Juara/MT, Brasil, 7 e 8 Dez. Universidade do Estado de Mato Grosso, 2018.

NEVES, Eduardo G. Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do alto rio Negro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 1 (Supl. 3): 319-330, 1999.

POLITIS, Gustavo G. Acerca de la Etnoarqueología en América del Sur. *Horizontes Antropológicos*, 8 (18): 61-91, 2002.

SILVA, Fabíola A. O passado no presente: narrativas arqueológicas e narrativas indígenas. Edição da autora, s/d.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwegs: memória coletiva e experiência. *Psicologia (USP)*, 4 (1-2): 285-298, 1993 .

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STUCHI, Francisco Forte. *A ocupação da terra indígena Kaiabi (MT/PA): história indígena e etnoarqueologia*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2010.



ACENO
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

**Revista quadrimestral
editada pelo Programa
de Pós-Graduação em
Antropologia Social da
UFMT, desde 2014.**

NO INSTAGRAM

ACENO.REVISTADEANTROPOLOGIA